

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE - CTPP

Ata da 96ª Reunião Ordinária

Local: Secretaria de Previdência - SPREV (Bloco "F" - Ed. Sede - 9º Andar - Brasília/DF)

Data: 19 e 20 de março de 2019

Participantes: Kleber Pereira de Araújo e Silva (CGSST/SIT/STRAB); Bruno Silva Dalcolmo (STRAB/ME); Viviane de Jesus Forte (SIT/STRAB/ME); Jeferson Seidler (CGSST/SIT/STRAB); Joelson Guedes da Silva (CGSST/SIT/STRAB); Carolina Silva Melo Araújo (CGSST/SIT/STRAB); Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTb/RJ); Rogério Alves da Silva (CGSST/SIT/STRAB); Marina Brito Battilani (FUNDACENTRO); Robson Spinelli Gomes (FUNDACENTRO); Daniela Bousi Rohlf (DSAST/SVS/MS); Paulo César Andrade Almeida (SPREV/ME); Itamar José Sanches (CUT); Loricardo de Oliveira (CUT); Washington Aparecido dos Santos - Maradona (UGT); Luis Carlos de Oliveira (Força Sindical); Robinson Leme (NCST); Francisco Erivan Pereira (CSB); Cláudio Ferreira Santos - Kcau (CSB); Francisco de Assis da Paixão e Silva (CTB); Bernadeth Macedo Vieira (CNC); Rodrigo Hugueney do Amaral Mello (CNA); Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNSaúde); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); José Luiz Pedro de Barros (CNI); Ana Cristina Fachine Pimentel (CNI); Danielle Silva Bernardes (CNT).

Ausências Justificadas: José Almeida de Queiroz (CNC); Karla Freire Baêta (DSAST/SVS/MS); Leonardo Mendonça (MPT).

Observadores: Juliana Carneiro Corbal Oitaven (MPT).

Assessores:

Governo: Jomar Sousa Ferreira Lima (SRTb/PA); Romulo Machado e Silva (SRTb/DF); Grasiela Aparecida Thomaz da Silva (CGSST/SIT/STRAB); Ana Taglianetti (CGSST/SIT/STRAB); Roque Manoel Perusso Veiga (M. Saúde); Élem Cristina Cruz Sampaio (DSAST/SVS/MS).

Empregadores: Ruy Tadeu Ribeiro Peleteiro (CNI); Paulo Rogério de Araújo (CNA); Paulo Zaia (CNSaúde); Adriano Silva Araújo (CNSaúde).

1º dia (19 de março) Apresentação de Demandas

Coordenador da Reunião:

Kleber Pereira de Araújo e Silva (Coordenador-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho)

Coordenadores de Bancada:

Governo: Kleber Pereira de Araújo e Silva

Trabalhadores: Washington Aparecido dos Santos - Maradona

Empregadores: Danielle Silva Bernardes

1 1. Considerações Iniciais

- 2 • Kleber Araújo cumprimentou a todos e comentou ser importante a permanência da CTPP e o
3 desenvolvimento de seus trabalhos que de longa data vem contribuindo para construção de um
4 país mais seguro.
- 5 • Marina Batilani se apresentou informando ter sido recentemente nomeada presidente da
6 FUNDACENTRO; que vem fazendo um levantamento do que é preciso em termos de
7 modernização e reestruturação para voltar a atender as demandas da sociedade com qualidade,

8 um dos objetivos institucionais daquela casa. Disse que a Fundacentro trabalhará em parceria
9 com a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT e também com demais órgãos governamentais
10 em geral, prestando subsídios técnicos para o processo de normatização, principalmente nesse
11 momento de revisão das Normas Regulamentadoras.

12 • Romulo Machado informou ser um prazer voltar à CTPP. Relatou que Kleber o convidou para
13 atuar na área da normatização da Coordenação-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho - CGSST
14 (extinto DSST), área que muito tem apreço e considera importante para o equilíbrio na relação
15 “capital x trabalho”, no âmbito prevencionista.

16 • Kleber Araújo informou que, como continuidade da formação desse novo quadro gestor, a
17 Secretaria do Trabalho - STRAB realizou processo seletivo para escolha do subsecretário de
18 inspeção do trabalho, sendo que desse certame o selecionado foi o Auditor-Fiscal do Trabalho -
19 AFT Celso Amorim Araújo, que em breve deve ser nomeado para o cargo e que tão logo tome
20 posse deverá definir sua equipe. No mais, comentou que, com a entrada do novo Governo,
21 surgiram rumores de que o tripartismo praticado no processo de normatização, inclusive a CTPP,
22 iriam acabar, o que não é verdade, pelo contrário, pois depois de muito tempo e repetidas
23 solicitações vem-se tentando recursos para possibilitar a participação dos trabalhadores nas
24 reuniões dessa Comissão, principalmente no momento crítico financeiro por que passam as
25 centrais sindicais. Comentou que o que pode vir a mudar nesse contexto são as entregas, o
26 vencimento das pautas que a CTPP tem que otimizar, cumprir sua missão, implementando uma
27 melhor gestão das reuniões: prevendo planos de trabalho com prazo de entrega de resultados e
28 evitando a qualquer custo o arrasto de discussões por anos e anos sem a conclusão do trabalho.
29 Disse que deverá haver uma mudança dentro do processo tripartite de discussão em busca efetiva
30 do consenso, onde, não o sendo possível, a SIT, juntamente com a STRAB, exercerá seu poder
31 de decisão sobre o controverso.

32 • Danielle Bernardes comunicou que em 2019 terá a incumbência de coordenar a bancada de
33 empregadores da CTPP, desafio muito grande e para isso conta com o apoio de todos. Apresentou
34 Bernadeth Macedo Vieira que passou a ser integrante da bancada, substituindo a figura de Luis
35 Sérgio Soares Mamari, representando a CNC. Quanto às considerações de Kleber sobre a nova
36 gestão governamental, disse que a proposição de mudanças, apesar de normalmente causar
37 apreensão, é vista como positiva com a intenção de manutenção dos trabalhos e melhoria do
38 processo. Quanto à informação de que o Governo procurará custear a participação dos
39 representantes dos trabalhadores, disse que tal ato também é visto com bons olhos, entretanto,
40 que tal medida deveria ser isonômica, ou seja, estendida também para a bancada de
41 empregadores, pois o problema do financiamento sindical não atinge só as entidades de
42 representação dos trabalhadores, as dos empregadores também; com isso o processo se tornaria
43 mais transparente e eficiente de uma forma geral, com todos os setores e segmentos econômicos
44 representados fisicamente nas reuniões.

45 • Maradona felicitou a todos e saudou a nova presidente da Fundacentro, entidade que considera
46 uma ferramenta extremamente importante para a sociedade por seu caráter cultural e técnico
47 prevencionista. Saudou também a pessoa de Romulo Machado, considerando-o extremamente
48 interativo no processo de construção, fundamental dentro das discussões em prol do consenso.
49 Quanto à nova gestão governamental, disse que a bancada de trabalhadores aguarda mais
50 informações e detalhamento do que será proposto para poder se manifestar, mas que a princípio,
51 se colocava à disposição para continuar a colaborar com o processo.

52 • Bernadeth Macedo comentou que recebeu a difícil missão de representar a CNC na CTPP e mais
53 difícil ainda por se tratar da substituição de Mamari, profissional e pessoa admirável,
54 notadamente amigo de todos. Disse que, apesar da responsabilidade, agradece pela oportunidade
55 de fazer parte e contribuir no trabalho da Comissão.

56 • Daniela Bousi, diretora do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde Trabalhador - DSAST,
57 do Ministério da Saúde - MS, comentou que a representante da Saúde mais ativa na Comissão é
58 Karla Baêta, mas que na sua ausência achou importante participar da reunião. Informou que o
59 DSAST atua em várias frentes, desde questões ambientais, qualidade da água para consumo

60 humano, mudanças climáticas e saúde do trabalhador, sendo que, com a reestruturação do MS,
61 foi criada uma nova coordenação de gestão de emergência em saúde pública que abrange temas
62 como surtos, epidemias, desastres; que com a recente catástrofe na barragem da Vale em MG, o
63 trabalho tem sido absurdo. Disse fazer questão de estar presente na reunião em função do
64 momento que é marcante para todas as áreas. Explicou todo o processo regimental dentro do
65 DSAST, que apesar da grande demanda de trabalho que impactará na participação nas
66 coordenações do referido Departamento, sempre terá um representante presente nas reuniões da
67 CTPP, vez que a saúde do trabalhador é de suma importância para o Ministério da Saúde.
68 Finalizou comunicando que a Secretaria de Vigilância Sanitária - SVS e o DSAST estavam à
69 disposição.

70 • Robinson comentou que no Brasil a cultura prevencionista está em fase de crescimento ainda e é
71 preciso ter cuidado para que com as anunciadas mudanças não aconteça um retrocesso, pois, se
72 não houver como exigir, o empregador não vai executar, não vai cumprir a regulamentação.
73 Finalizou dizendo ser preciso se aliar à eficiência, mas que seja de forma a não piorar o que já se
74 tem, assim como comparativamente vem acontecendo na discussão da NR-24.

75 • Cláudio - Kcau disse ser importante que a CTPP, mesmo com a mudança de Governo, continue
76 buscando o consenso e que em toda e qualquer discussão se esgote o diálogo para tê-la como
77 encerrada. Quanto ao custeio de passagens para representantes de trabalhadores, disse entender
78 que deveria ser efetivo em todo o processo, de modo a se estender também para os demais fóruns
79 subordinados à CTPP (comissões e grupos tripartites).

80 • Itamar Sanches comentou que, ao mesmo tempo que a bancada de trabalhadores é grata pela
81 iniciativa do Governo em patrocinar a participação dos trabalhadores nas reuniões da CTPP, é
82 acometida às centrais sindicais uma Medida Provisória n.º 873 (MP 873) que vem para, se não
83 exterminar, minimizar ao máximo o movimento sindical no Brasil. Quanto às anunciadas
84 mudanças nos procedimentos tripartites, deu para ter uma ideia do que pode vir a ser com base
85 na dinâmica aplicada na 4ª Reunião Extraordinária da Comissão, mas que de qualquer forma a
86 bancada se propõe a discutir e colaborar no que for preciso, mas que antes de tudo, todos sejam
87 respeitados.

88 • Kleber Araújo disse estar satisfeito pelo espírito colaborativo expressado por todos. Em relação
89 ao custeio de passagens para a bancada de empregadores considerou ser justo e pediu para que
90 as necessidades fossem manifestadas entrando em contato com a CGSST, para ser feito um
91 planejamento orçamentário e saber se isso será possível e até quando. Quanto a estender esse
92 “benefício” às demais instâncias (GTT, GET, comissões), disse ser coisa inviável e não possível,
93 sendo que melhor seria procurar organizar as reuniões desses fóruns no estado em que mais tiver
94 representantes.

95 2. Atas

96 a) *Ata da 94ª Reunião Ordinária*

97 • Danielle informou que haviam três observações a serem feitas na minuta e que demais
98 considerações serão encaminhadas via e-mail ao secretário da Comissão, Rogério Alves.

99 • Maradona informou que a minuta seria analisada na reunião de bancada e em caso de alguma
100 observação seguiria o mesmo procedimento citado por Danielle.

101 b) *Ata da 4ª Reunião Extraordinária*

102 • As considerações sobre a minuta, tanto pela bancada de trabalhadores quanto pela de
103 empregadores, serão encaminhadas via e-mail ao secretário da Comissão.

104 • No tocante à pauta da 4ª Reunião Extraordinária, alteração da NR-22, Cláudio Kcau comentou
105 que poderiam ser convidados alguns técnicos da área, do estado de Minas Gerais, para que
106 enriquecessem o debate e contribuíssem com a questão. Citou, por exemplo, o AFT Mário
107 Parreiras.

108 • Kleber informou que Mário Parreiras foi convidado, mas não pôde participar da reunião por estar

109 envolvido e ocupado com a recente tragédia da Vale, mas que ainda assim teve influência direta
110 sobre o texto que foi consensado.

111 • Danielle comentou que a Agência Nacional de Mineração - ANM publicou a Resolução ANM
112 n.º 04/19, estabelecendo medidas regulatórias sobre o mesmo tema que foi discutido nessa
113 reunião extraordinária, e que seria de bom senso comparar os dois textos de forma que não exista
114 conflito, já que a portaria da STRAB ainda não foi publicada.

115 • Kleber informou que Mário Parreiras fez esse comparativo, sendo destacadas duas principais
116 diferenças: 1 - as medidas da ANM são aplicadas somente às barragens abrangidas pela Política
117 Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, enquanto que as da STRAB se aplicarão a todas
118 as barragens; e 2 - os prazos, sendo que os da ANM são de 6 meses e os da STRAB variam entre
119 45 dias e 12 meses.

120 **3. Informe sobre Portarias Publicadas**

121 a) Portaria MTb n.º 787, de 27 de novembro de 2018

122 Dispõe sobre as regras de aplicação, interpretação e estruturação das Normas Regulamentadoras, conforme determinam
123 o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art.
124 13 da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
125

126 b) Portaria MTb n.º 1.031, de 06 de dezembro de 2018

127 Altera o subitem 7.4.3.5 da Norma Regulamentadora n.º 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -
128 PCMSO.
129

130 c) Portaria MTb n.º 1.082, de 18 de dezembro de 2018

131 Altera a Norma Regulamentadora n.º 13 (NR-13) - Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação.
132

133 d) Portaria MTb n.º 1.083, de 18 de dezembro de 2018

134 Altera a Norma Regulamentadora n.º 12 (NR-12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos
135

136 e) Portaria MTb n.º 1.084, de 18 de dezembro de 2018

137 Altera o Anexo n.º 5 - Radiações Ionizantes - da Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15) - Atividades e Operações
138 Insalubres
139

140 f) Portaria MTb n.º 1.085, de 18 de dezembro de 2018

141 Altera a Norma Regulamentadora n.º 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração
142

143 g) Portaria MTb n.º 1.086, de 18 de dezembro de 2018

144 Altera a Norma Regulamentadora n.º 31 (NR-31) - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Silvicultura,
145 Exploração Florestal e Aquicultura.
146

147 h) Portaria MTb n.º 1.087, de 18 de dezembro de 2018)

148 Altera o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e
149 processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano - da Norma Regulamentadora n.º 36 (NR-36) -
150 Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.
151

152 i) Portaria MTb n.º 1.186, de 20 de dezembro de 2018

153 Aprova a Norma Regulamentadora n.º 37 - Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo
154

155 j) Portaria MTb n.º 1.224, de 28 de dezembro de 2018

156 Estabelece procedimentos para a elaboração e revisão de normas regulamentadoras relacionadas à segurança e saúde no
157 trabalho e às condições gerais de trabalho

158 • Kleber informou que a única pendência remanescente de 2018 é a publicação da minuta de
159 alteração do Anexo 5 (Atividades Perigosas em Motocicleta) da NR-16 (Atividades e Operações
160 Perigosas), a qual, em virtude da mudança de Governo, voltou para avaliação da SIT, que deverá
161 dar o parecer para que se publique na forma como foi minutada.

162 • A bancada de trabalhadores solicitou um esforço da SIT no tocante a cobrar mais efetivamente a
163 publicação dessa portaria, vez que as ações judiciais só aumentam e o setor anseia que as

164 disposições vigorem o quanto antes.

165 • Juliana Corbal comentou que o MPT vem procurando acompanhar os procedimentos de
166 publicação das decisões da CTPP e arguindo o Ministério de forma a dar mais celeridade nesse
167 processo.

168 **4. Composição de Grupos Tripartites**

169 **a) Subgrupo Eletricidade**

170 • Foi informado que restava pendente a indicação de um representante para a composição da
171 bancada de trabalhadores da Subcomissão.

172 • Maradona informou que no segundo dia da reunião fechará a composição da bancada de
173 trabalhadores com a indicação do nome faltante.

174 **b) Comissão Nacional Tripartite Temática - CNTT da NR-37**

175 • Kleber informou que é prevista na Portaria MTE n.º 1.186/18, que publicou a NR-37, a criação
176 de uma Comissão Temática para acompanhamento da implementação da NR, dentre outras
177 atribuições, como também para a divulgação da mesma; e que nesse sentido a CGSST enviará os
178 ofícios solicitando as indicações para composição da citada comissão. A CNTT deve ser
179 composta por 6 (seis) representantes de cada bancada.

180 • Rafael disse achar que o papel dessa CNTT em função da NR-37 tem que prever alguns desafios
181 a mais, no caso, ter uma sistemática melhor de acompanhamento da implementação da NR,
182 focando a questão do impacto regulatório em si, se preocupar com o pós-regulação, até porque
183 há a informação de que a Agência Nacional do Petróleo - ANP entende que a NR pode estar
184 mudando competências daquele Órgão, questão que a própria CNTT pode vir a apurar melhor,
185 além de, por ser uma Norma complexa, montar um projeto, um plano de divulgação da NR, com
186 a edição de algum material impresso ou mesmo eletrônico, e realizar evento(s) de esclarecimento,
187 seja presencial ou por teleconferência.

188 • Robinson comentou não fazer sentido o questionamento da ANP vez que a citada Agência
189 participou de todo o processo de elaboração da NR. Disse que seria bom que fossem pontuadas
190 especificamente as questões, identificadas o quanto antes para que, se for o caso, corrigi-las.

191 • Itamar considerou importante que essa CNTT seja constituída o quanto antes e que seja
192 estabelecido um elo mais forte com a CTPP para evitar maiores problemas. Informou que, como
193 membro do GTT que elaborou a proposta do texto final, a ANP participou de todas as reuniões
194 do Grupo, assim como a Marinha do Brasil.

195 • Ficou acordado que as indicações devem ser formalizadas em até 30 dias na CGSST, no caso,
196 até o dia 22 de abril.

197 **5. Informe sobre Normas Regulamentadoras**

198 **a) NR-12**

199 • Kleber informou que no dia 07 de março pp. foi realizada uma reunião com os coordenadores de
200 bancada da CNTT da NR-12, ocasião em que, na ausência do coordenador da bancada de
201 trabalhadores, o Sr. Aparecido Tenório (Cidão), e na impossibilidade de participação de outro
202 membro da bancada, Maradona fez essa representação. Disse que a reunião tinha como objetivo
203 encontrar uma forma de relançar a NR-12, inúmeras vezes alterada após sua publicação, de forma
204 que a sociedade tenha conhecimento de toda a atualidade da NR, tendo como base a Portaria
205 MTE n.º 1.224/18, aproveitando e tentando converter alguns pontos ainda controversos em
206 consenso. O plano é que as bancadas apresentem sugestões para que se possa, talvez em uma
207 reunião extraordinária da CTPP, aprovar a atualização da NR.

208 Romulo apresentou o plano de trabalho para essa demanda: a representação empresarial deve
209 encaminhar à CGSST, até o dia 05 de abril, contribuições pontuais que serão analisadas pela
210 CGSST, que compilará uma proposta em uma reunião de 3 dias da CNTT da NR-12 (23 a 25 de

211 abril) onde a ideia não é ter uma Norma completamente nova, mas sim pegar o texto vigente,
212 colocá-lo numa ordem lógica, por capítulos, coisa perdida e agravada pelos remendos feitos ao
213 longo dos anos. Essa revisão tem como objetivo deixar a NR com um texto mais harmônico.
214 Cumprindo esse cronograma, será convocada uma reunião extraordinária da CTPP para o mês
215 de maio, com a NR-12 sendo pauta única. Finalizou dizendo que com esse trabalho pretende-se
216 extinguir os ruídos pontuais que desgastam as relações entre as bancadas, nos setores e na
217 sociedade em geral.

218 ***b) O processo normativo e o tripartismo***

- 219 • Bruno Dalcolmo comentou que as discussões sobre a NR-12 extravasam os muros do Ministério
220 e viram polêmica em outras esferas, seja na Casa Civil, no Congresso, com problema de
221 representação e “disses me disses” que mostram o histórico turbulento do tema. Disse que o
222 Governo vem procurando melhor mapear os acidentes com máquinas para saber exatamente onde
223 os acidentes acontecem, o tipo de empresa, de indústria, de máquina, o setor ou cidade de forma
224 a dar mais subsídios para a atuação da fiscalização do trabalho. Comentou que diuturnamente
225 recebe questionamentos correlatos à NR-12, alguns pertinentes e outros até escusos, mas que
226 procura agir de forma transparente sem privilegiar encomenda da parte de quem quer que seja,
227 até porque a diretriz desse Governo é passar por todas as NRs e por toda a regulamentação do
228 trabalho (decretos, portarias, instruções normativas e notas técnicas) com vistas à simplificação
229 e desburocratização dessa legislação. Disse que é sabido do clima apaziguado que vive a CNTT
230 da NR-12 e que isso deve ser mantido e replicado para todo o processo tripartite, até para que em
231 algum momento não se perca o bônus da discussão, pois é ventilado em muitos outros fóruns o
232 questionamento quanto ao ambiente tripartite, vez que existem outras formas de fazer
233 regulamentação atendendo aos preceitos da OIT, assim como feito por agências reguladoras, com
234 previsão de consulta pública, audiências públicas, relatórios de contribuição e etc. Mas entende-
235 se que esse não é o caminho, que vale a pena investir no tripartismo desde que haja algumas
236 mudanças. Por exemplo, o tripartismo tem que ser consultivo e não pode ser um instrumento de
237 revogação de discussão, pois deve ser capaz de entregar trabalhos bem produzidos e em tempo
238 razoável, não sendo admissível passar 3, 4 anos ou mais discutindo um tema sem conclusão.
239 Disse que outro fator importante a ser observado é que existe uma coisa chamada estabilidade
240 regulatória, que a sociedade precisa saber quando as regras estão valendo e quando elas são
241 editadas. E o problema é que as NRs vivem num processo de revisão permanente e isso dificulta
242 a gestão da atualidade dos dispositivos a serem aplicados. Para isso tem-se em mente fazer a
243 publicação de uma Agenda Regulatória, talvez um ciclo de revisão de Normas, como é feito pela
244 própria OIT, sendo que os prazos e a ordem de NRs serão definidos pela CTPP mais a frente.
245 Comentou que com esse novo Governo vêm novas diretrizes, não significando que existirá
246 desrespeito ao direito de trabalhador ou extermínio da segurança e saúde no trabalho. De forma
247 alguma e pelo contrário, a ordem é que todos se empenhem de forma cooperativa e combatam
248 tanto os acidentes como os adoecimentos do trabalho, com principal atenção pela bancada de
249 empregadores. Comentou sobre a Portaria MTE n.º 1.224/18, dizendo ser um ótimo instrumento
250 para regulamentação de novos temas, mas não para revisões pontuais de NRs, que precisam de
251 mais celeridade do processo para ser concluídas. Disse que outra diretriz do Governo é olhar para
252 todos os assuntos; que não haja favorecimento ou mesmo recusa de discussão por alguma das
253 partes, pois será preciso debater para que se tenha um resultado, resultado esse que resgatará o
254 equilíbrio entre as forças existentes, que garantirão a segurança e saúde no trabalho de forma
255 mais simples e menos burocrática possível. Complementou dizendo que o Secretário Especial de
256 Previdência e Trabalho, Sr. Rogério Marinho, tem plena confiança no ambiente tripartite, mas
257 que é preciso alguns ajustes no processo para conseguir ter encaminhamentos mais céleres.
- 258 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores comunga da intenção de dar celeridade ao
259 processo normativo e procurará colaborar como parceiros, como sempre foram, seja com apoio
260 técnico, seja com críticas construtivas para que haja a harmonização das NRs, sempre com o foco
261 prevencionista.
- 262 • Cláudio (Kcau) comentou que, quando se fala em redução de acidentes de trabalho, logo se pensa
263 nos SESMTs, sendo que o cenário hoje no país é de desvalorização dos profissionais que o

- 264 compõem, que ao longo do tempo vêm sendo vistos como empecilho para a produção das
265 empresas. Disse ser preciso rever esse quadro, dando a esses profissionais mais autonomia para
266 atuarem e melhor capacitá-los para que continuem a contribuir com a redução dos números de
267 acidentes. Citou a proposta do Dep. Roberto Lucena, pautada nesta reunião, como um retrocesso,
268 pois propõe a terceirização dos SESMTs, coisa sabida por todos que implica mais ainda na
269 precarização desses serviços.
- 270 • Bruno disse concordar com a manifestação, que dentro de uma análise normativa, a questão dos
271 SESMTs também deverá ser abordada nesse contexto de revisão.
 - 272 • Luisinho, em relação à NR-12, comentou que foram anos de revisão e criação dos anexos da
273 Norma, entretanto a aplicação da NR em si ficou de lado. Disse que os trabalhadores têm grande
274 preocupação com essa Norma e, se for para reescrever o que foi revisado, tudo bem. Mas, se for
275 para simplificar a redação de forma que não existam exigências, os índices de acidentes vão
276 provar que será uma medida equivocada.
 - 277 • Bruno informou que não existe problema algum com os dispositivos da NR-12, mas sim com a
278 quantidade de energia que é dispendida pelas representações para atingir o objetivo normativo.
 - 279 • Loricardo disse que todos os debates feitos em qualquer das comissões são técnicos, realizados
280 por quem conhece as necessidades dos setores e é importante que se leve isso em consideração,
281 até porque o que é decidido não envolve só economia, envolve, antes de tudo, pessoas; e mesmo
282 que se queira a celeridade do processo, tem que haver a participação técnica e tomar também
283 muito cuidado nessa simplificação de NRs, além, é claro, de se precisar do consenso no que tiver
284 de ser definido.
 - 285 • Bruno informou que uma vez explicitado que a discussão se dará no ambiente tripartite, anula-
286 se a ideia de um “atropelamento” do processo, como vem sendo murmurado por aí, até porque,
287 se fosse para ser a toque de caixa, seria muito mais fácil. No tocante à NR-12, disse que nesse
288 processo de revisão não tem como garantir os melhores dos mundos para todos, mas é preciso
289 que haja um combinado urgente sobre a NR-12.
 - 290 • Clovis, referente à estabilidade regulatória citada por Bruno, comentou que de 1978 a 2018 as
291 NRs foram alteradas 268 vezes; de 2011 a 2018, foram alteradas 98 vezes, sendo que nesse
292 mesmo período foram colocados 17 textos em consulta pública; 30 NRs foram alteradas; 13
293 novos anexos de NRs publicados; 24 novos grupos tripartites; 6 novas comissões permanentes;
294 10 subcomissões; sendo que, até o final de 2018, tinham-se 28 fóruns de discussão em
295 funcionamento (GETs, GTTs e comissões tripartites). Considerou ser muito grupo discutindo
296 muita coisa simultaneamente, e não há como as representações acompanhar toda essa estrutura;
297 e assim, a ideia de encontrar e trabalhar com prioridades é vista com bons olhos, pois é a forma
298 de criar um processo mais racional de revisão de NRs.
 - 299 • Bruno disse concordar que é sim um número muito grande de fóruns e, como disse, depende-se
300 às vezes muita energia num tema que poderia ser empregada em outro mais necessário.
301 Comentou que os acompanhamentos permanentes devem continuar, entretanto, com menos
302 intensidade e sem a obrigação de ter que a todo tempo produzir alteração no normativo, sendo
303 que isso entra na questão da agenda regulatória já anunciada antes.
 - 304 • Robinson disse concordar que o número de grupos de comissões em atividade é uma demasia,
305 inclusive com a delonga da discussão de alguns temas, por exemplo, a NR-18, que, depois de
306 anos num processo intenso de revisão, com o produto quase todo pronto, a representação de
307 empregadores simplesmente diz que rejeitava a redação por não atender aos anseios empresariais;
308 e, assim, a Norma permaneceu defasada, com isso a problemática só aumenta no setor da
309 construção civil. Finalizou comentando que o “capital” só implementa alguma coisa se estiver
310 em Norma e houver fiscalização, caso contrário, nada é feito.
 - 311 • Bruno comentou que a priori a ideia é revisar todas as NRs possíveis e, posteriormente, pensar
312 na temporalidade dessas sem necessidade de revisão, no caso, prevista numa agenda, num ciclo
313 regulatório. Disse que, não só para o auxílio da fiscalização, mas também para o ciclo regulatório

314 das Normas, o Ministério pretende investir em recursos humanos e financeiro para
315 desenvolvimento de sistemas de cruzamentos de bases de dados que permitam saber claramente
316 onde agir, onde estão os riscos ou a redução de desses.

317 • Juliana disse que de um modo geral o equilíbrio e o consenso devem haver em qualquer alteração
318 de Norma, seja demanda de qual parte for, e assim é relevante a criação e utilização de uma
319 agenda regulatória, sabendo que em casos emergenciais a mesma deve ser ajustada, inclusive
320 contemplando algum outro tema que precise ser regulamentado. No tocante à NR-12, pontuou:
321 1 - que se tenha cuidado, na revisão, para não estabelecer autorizações gerenciais para que a
322 Norma seja desrespeitada, e que as cláusulas de autorização sejam bem especificadas e claras; 2
323 – que, se essa reformulação realmente for para sistematização e desburocratização da NR, como
324 vem sendo colocado, é algo positivo, e que não seja uma oportunidade para tirar a eficiência
325 regulatória da mesma.

326 **b) NR-24**

327 • Romulo informou que nos dias 12 e 13 de março foi realizada uma reunião do GTT da NR-24,
328 sendo já agendada a próxima para os dias 08 e 09 de maio, para que se discutam os pontos que
329 não há acordo e, de toda forma, tentar chegar ao consenso ou o mais próximo dele.

330 • Robinson Leme adiantou que, caso se decida por realizar a futura reunião em Brasília/DF, a
331 bancada de trabalhadores não se fará presente por pura falta de condições financeiras das centrais
332 sindicais.

333 • Romulo comentou que nesse caso a reunião seja realizada em São Paulo/SP mesmo.

334 • Robinson relatou que, para a bancada de trabalhadores, dos 30 itens pendentes de consenso,
335 apenas 4 pontos são problemáticos e vistos como de difícil solução na proposta; sendo que um
336 deles é a mudança do dimensionamento do banheiro masculino, que na Norma vigente é de 20
337 pessoas por 1 unidade, e na proposta passa a ser de 40 por 1 a partir do momento que se exclui o
338 mictório. Disse que outro problema é a questão dos quartos, pois, de 100 trabalhadores por
339 quarto, passará para 40 trabalhadores, coisa que ainda não é saudável para ninguém.

340 • Kleber sugeriu que fosse agendada uma reunião dos coordenadores de bancada do GTT, talvez
341 por videoconferência mesmo, para alinhar essas questões com o intuito de se chegar na reunião
342 sabendo o que precisa ser discutido, direto no foco da questão e não se prolongar em temas mais
343 simples.

344 • Danielle, em tempo, informou que no site da Fundacentro foi veiculada uma notícia sobre a
345 última reunião do GTT da NR-24, entretanto, contendo uma informação equivocada, quando diz
346 que o objetivo da reunião foi discutir os últimos 4 itens da proposta de forma mais aprofundada
347 a fim de concluir a revisão, quando na verdade ainda restam cerca de 30 itens pendentes de
348 consenso e a serem discutidos; sendo que os 4 itens em questão são os apontados pela bancada
349 de trabalhadores como prioritários a serem vencidos para na sequência discutir os demais.

350 • Marina prontamente informou que a notícia será corrigida como observado.

351 **6. Alteração de Normas Regulamentadoras**

352 **a) NR-12**

353 • José Luiz informou se tratar de itens que deveriam ser aprovados juntamente com a proposta de
354 alteração do item 12.37 (reunião passada), mas que por algum motivo ficaram para trás,
355 entretanto, agora foram resgatados e colocados para apreciação da CTPP, a saber:

356 *“2.8 Os controles inferiores da cesta aérea não devem ser operados com trabalhadores na caçamba, exceto em*
357 *situações de emergência ~~ou quando a operação ou atividade assim o exigir.~~*

358

359 *3.9 Os controles inferiores do guindaste não devem ser operados com trabalhadores na caçamba, exceto em*
360 *situações de emergência ~~ou quando a operação ou atividade assim o exigir.~~”*

361 **b) NR-18 (Item 18.16 - Cabos de Aço e Cabos de Fibras Sintéticas)**

- 362 • Jomar Lima disse que o Comitê Permanente Nacional - CPN da NR-18 vive um processo natural
363 de revisão da NR, sendo que têm surgido algumas interpelações do setor que precisam ser
364 respondidas rapidamente. A proposta em questão é em função de denúncia de acidente ocorrido
365 por problemas na utilização de cordas, onde o Comitê Permanente Regional - CPR/SP em
366 conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT fizeram um trabalho junto aos
367 fabricantes dessas cordas (cabos sintéticos), sendo apurado que existiam muitos tipos de corda
368 no mercado que não atendem as exigências da NR, principalmente as de origem estrangeira e a
369 partir daí foi elaborada a proposta, consensada no CPN.
- 370 • Rafael, se referindo à obrigação de cada corda ter gravado o lote de fabricação, disse que, sem
371 querer depreciar o trabalho do CPN, o que é proposto é caracteristicamente quesito de uma norma
372 técnica e que não deveriam estar explícitos numa regulamentação.
- 373 • Jomar Lima e Robinson Leme explicitaram tecnicamente os porquês da proposta.
- 374 • Em análise do texto proposto, a bancada de empregadores considerou o arquivo apresentado um
375 tanto quanto confuso e solicitou que fossem melhor sinalizados o que realmente estava proposto
376 para adequação.
- 377 • A coordenação da Comissão informou que realizará a limpeza do texto e encaminhará por e-mail
378 a todos.

379 **7. Planejamento (Temas para 2019)**

- 380 • Kleber informou que já na reunião de coordenadores de bancada, prévia à esta reunião, foi
381 informada a falta de condições momentânea para analisar e encaminhar o quadro de temas
382 oriundos da última reunião. Disse que, com a transição governamental, as novas orientações e
383 demandas da STRAB e a não efetivação ainda do subsecretário de inspeção do trabalho, talvez,
384 esse quadro seja apreciado somente na reunião de junho. E assim sendo, se referindo à demanda
385 da STRAB, uma das propostas, além da revisão da NR-12 e conclusão da NR-24 ainda nesse 1º
386 semestre e iniciando o processo de revisão e harmonização de todas as NRs, o Ministério deve
387 começar os trabalhos com as NR-01 e NR-02, no caso, sendo formado um grupo com
388 representantes do Governo para construção de uma proposta de modernização dessas Normas.
389 Comentou que a NR-01 deverá ser revisada com uma abordagem de atualização do texto
390 (expressões, nomenclatura de órgãos, siglas); de relação do trabalho (terceirização, teletrabalho)
391 e outros temas esparsos constantes de outras NRs que deveriam estar na NR-01; e que a NR-02
392 é uma Norma que caiu em desuso, mas, por ser uma obrigação legal, considerando as tecnologias
393 atuais, passará por uma modernização até como forma de estimular sua aplicação; talvez algo
394 semelhante como o SESMT Eletrônico, quem sabe até mesmo com o eSocial, em suma, revigorar
395 a NR.
- 396 • Lumberas explicitou o plano de trabalho para a revisão da NR-01 e NR-02, dizendo que será um
397 grupo do Governo que elaborará uma proposta de texto ainda no mês de abril; a proposta será
398 disponibilizada para as bancadas ao final de abril ou início de maio para que tragam seus
399 comentários, os quais serão compilados e apresentados juntamente com as propostas para
400 deliberação da CTPP no mês de junho. Disse que, conseqüentemente, à medida em que as
401 Normas Regulamentadoras forem sendo revisadas, as ementas da NR-28 também deverão ser
402 ajustadas. Complementou dizendo que o que da revisão das NR-01 e 02 impactar em alguma
403 alteração, por exemplo, na NR-03, 04, 05, 07, 09 e 17, tão logo será apresentado também à CTPP
404 para aprovação.
- 405 • Romulo comentou que a CTPP, cada bancada da CTPP, em diversos momentos, sinalizou essa
406 necessidade de harmonização das NRs, de diminuir conflitos existentes; que as Normas setoriais
407 foram avançando e as gerais ficando sem alteração, ultrapassadas; e esse é o momento e a grande
408 oportunidade de construir um novo arcabouço legal das NRs. Disse que a certificação de
409 documentos com assinatura eletrônica é um grande avanço e que precisa ser implementado,
410 precisa-se avançar nisso, nas capacitações à distância, a confusão de competências por
411 treinamento, tudo isso precisa ser abordado e harmonizado, organizado. Finalizou dizendo que o

- 412 desafio será grande, mas necessário, e pode conduzir ao objetivo pretendido, à diminuição de
413 acidentes e adoecimentos de trabalho.
- 414 • Bruno explicitou que, para o cumprimento dessa demanda para o 1º semestre, o cronograma atual
415 de discussão de NRs deve ser revisto, diminuindo a intensidade de reuniões das demais
416 instâncias; e que a CTPP decidirá o que deve ou não continuar paralelamente.
 - 417 • Kleber complementou informando que, vencido esse primeiro pacote até junho, será apresentado
418 um próximo para o segundo semestre.

419 **8. Outros Assuntos**

420 **a) CANPAT 2019**

- 421 • Almeida informou que a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT
422 é um conjunto de ações que visam à promoção de uma cultura de segurança e saúde no trabalho,
423 de cunho essencialmente prevencionista, cuja origem está ligada à Semana de Prevenção de
424 Acidentes do Trabalho, instituída em 1953. Em 1971, foi instituída a CANPAT, que se tornou de
425 caráter permanente.
- 426 • Para 2019 o tema escolhido foi “Gestão de Riscos Ocupacionais - O Brasil contra acidentes e
427 doenças do trabalho”.
- 428 • A Cerimônia de Abertura será em abril, sendo que, em outubro, ocorrerá o Dia Nacional de
429 Segurança e Saúde nas Escolas (10 de outubro), uma ação especial de educação de crianças e
430 jovens, voltada ao tema “segurança e saúde”.
- 431 • O encerramento da CANPAT 2019 será no dia 27/11/2019, com avaliação dos resultados e
432 divulgação e reconhecimento de trabalhos.

433 **b) NR-04 (Demanda do Dep. Roberto Lucena)**

- 434 • Kleber informou que a CGSST recebeu, para análise e manifestação, uma solicitação,
435 apresentada pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa
436 Civil, da Presidência da República, referente à Indicação Parlamentar n.º 5.341 de 2018, de
437 autoria do Deputado Federal Roberto de Lucena, que dispõe sobre sugestão de alteração do item
438 4.4.2 da NR-04 no sentido de que seja determinada a possibilidade de existência de SESMT por
439 meio de empresas prestadoras de serviços a terceiros. Comunicou que a CGSST elaborou uma
440 nota técnica, expondo o posicionamento do “porquê” não seria possível essa flexibilização
441 contratual, e informando que, ainda assim, a sugestão seria encaminhada para Procuradoria-Geral
442 da Fazenda Nacional – PGFN, e que é aguardada a informação jurídica do citado Órgão para
443 posteriormente voltar a apreciar o assunto na CTPP.
- 444 • Nada mais a ser discutido, foi dado como encerrado o 1º dia da reunião.

2º dia (20 de março de 2019)

Deliberações

Coordenador da Reunião:

Kleber Pereira de Araújo e Silva (Coordenador-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho)

445 **1. Considerações iniciais**

- 446 • Rafael comentou que é sabido dos problemas operacionais ocorridos na gestão do site do
447 Ministério, mas na página da ENIT, onde estão hospedadas as Normas Regulamentadoras,
448 atualmente, segundo levantamento da CNI, existem algumas inconsistências. Recomendou que
449 o Governo fizesse um pente fino em função de mantê-las atualizadas de acordo com a cronologia
450 de alteração.
- 451 • Joelson informou que a Coordenação de Normatização está aberta para receber apontamentos de
452 necessidade de correção de inconsistências, sejam nas NRs ou em qualquer outra legislação

453 pertinente disponibilizada na página de SST, sendo que para isso basta enviar um e-mail
454 pontuando o erro ou falha para que a correção seja feita.

455 • Kleber, citando a Fundacentro, sugeriu que fosse feito um espelho das NRs em alguma das
456 páginas do site.

457 • Spinelli informou ser possível sim o link.

458 • Clovis informou que existe um site bem abastecido com informações de SST, inclusive com
459 todas as NRs atualizadas, que é o site do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (RJ e ES).

460 • Kleber informou ser lamentável, mas a SIT não tem o que fazer em relação ao site do Ministério,
461 pois é área de atuação do setor de informática, tanto que, aproveitando o problema ocorrido,
462 optou-se por disponibilizar a legislação de SST no site da ENIT, onde a SIT tem mais autonomia
463 para manusear o conteúdo e *layout*, mesmo que em situação emergencial e temporária.

464

465 **2. Atas**

466 **a) Ata da 95ª Reunião Ordinária (21 e 22/11/2018)**

467 • Efetivadas as correções necessárias, a Ata da 95ª Reunião Ordinária da CTPP foi aprovada e
468 assinada pelos participantes.

469 **b) Ata da 4ª Reunião Extraordinária (11/02/2019)**

470 • Efetivadas as correções necessárias, a Ata da 4ª Reunião Extraordinária da CTPP foi aprovada e
471 assinada pelos participantes.

472 **3. Alteração de Normas Regulamentadoras**

473 **a) NR-12 (itens 2.8 e 3.9 do Anexo XII)**

474 • Antes das considerações sobre a proposta, Danielle lembrou que, assim como registrado na ata
475 da 95ª Reunião Ordinária da CTPP, ficou pendente a apresentação à Comissão de um “perguntas
476 e respostas” referente ao item 12.37, aprovado na mencionada reunião.

477 • José Luiz relatou que, quando aprovadas as alterações do item 12.37, ficou entendido na CNTT
478 da NR-12 que seria necessário um “perguntas e respostas” melhor esclarecendo seis principais
479 pontos que poderiam trazer dúvidas sobre o entendimento desse item. Disse que se pensou em
480 uma cartilha, mas, como esse tipo de material levaria considerável tempo para ser elaborado e
481 publicado, foi acordado o referido instrumento esclarecedor. Comentou que, na última reunião
482 da CNTT, a bancada de Governo ficou de posse desse material, sendo que até o momento
483 aguarda-se o posicionamento sobre essa questão, sendo que a bancada de empregadores reforça
484 a necessidade de sociabilização desse material explicativo.

485 • Joelson informou que o caso será verificado junto ao coordenador da CNTT, que até então não
486 havia repassado nenhuma informação sobre tal fato.

487 • Kleber, complementando a fala de Joelson, disse que talvez fosse o caso de prever um prazo para
488 que a bancada de Governo da CNTT se manifeste sobre essa questão.

489 • A proposta de alteração dos itens 2.8 e 3.9 do Anexo XII (Equipamentos de Guindar para
490 Elevação de Pessoas e Realização de Trabalho em Altura) foi aprovada por consenso, sendo que
491 a CGSST iniciará os procedimentos para publicação da portaria.

492 **b) NR-18 (Alteração de subitens do item 18.16)**

493 • Kleber informou que, assim como encaminhado, foi enviada, por e-mail, para todos da CTPP a
494 proposta com os itens que realmente necessitam ser alterados, sendo retirados do arquivo os que
495 já passaram por aprovação, tanto da CNTT quanto da CTPP.

496 • Danielle comentou que é preciso reforçar a necessidade de convocar para as reuniões da CTPP
497 os coordenadores de bancada dos respectivos fóruns de NRs que apresentem sugestões de
498 alteração, como essa da NR-18, até para esclarecer possíveis dúvidas sobre a redação das

499 propostas. Quanto à proposta em si, a bancada de empregadores solicitava que, na proposta de
500 transformação do “Anexo I do item 18.16” para “Anexo V da NR-18”, seja acrescentada ao título
501 a expressão “indústria da construção”, apesar de ser notório o campo de aplicação, ficando assim
502 disposto no nome do Anexo: *Especificações de Segurança para Cabos de Fibra Sintética da*
503 *Indústria da Construção*. Ainda dentro do Anexo V, quanto à alínea “a” do item 2, que cita
504 “marcação com fita inserida no interior do traçado interno gravado NR 18.16.5 ISO 1140 e
505 fabricante com CNPJ”, sendo proposta a alteração de inserção da frase “...*número do lote e*
506 *identificação do fabricante pelo CNPJ*”, informou que a bancada de empregadores solicita que
507 seja estipulado um prazo para essa adequação, sendo sugerida temporalidade de 2 (dois) anos
508 para entrada em vigor, pois, dentre outros fatores, já existe no mercado um estoque grande desse
509 tipo de material sem a marcação em questão, que precisa ser escoada, consumida, sem que os
510 fabricantes e comerciantes tenha prejuízo.

511 • Após ampla discussão, Romulo esclareceu que com a concessão de um prazo ficaria permitida a
512 comercialização do cabo de fibra sintética sem a gravação do número lote, entretanto, de qualquer
513 forma, esse cabo deve atender ao que dispõe a redação da alínea “a” atual. Suscitou que talvez
514 fosse o caso de dispor o prazo na portaria nos moldes como foi feito com a questão dos elevadores
515 a cabo.

516 • Por fim, a proposta com o ajuste na redação do título do Anexo V e com o prazo de 2 (dois) anos,
517 no tocante à marcação do número do lote, para aplicação da alínea “a” do item 2 do Anexo V,
518 foi aprovada por consenso pelas bancadas, ficando encaminhado que a CGSST, assim que
519 elaborar a minuta de portaria, repassará aos coordenadores de bancada para confirmação do que
520 será publicado.

521 • Joelson recapitulou o que foi aprovado (*em itálico*):

522 1. Alteração dos subitens 18.16.1 e 18.16.2.1

523 18.16.1 É obrigatória a observância das condições de utilização, dimensionamento e conservação dos cabos de aço
524 utilizados em obras de construção, conforme o disposto na norma técnica vigente *ABNT NBR ISO 2408 - Cabos de aço*
525 *para uso geral - Requisitos mínimos*.

526 18.16.2.1 Os cabos de aço devem ter carga de ruptura equivalente a, no mínimo, 5 (cinco) vezes a carga máxima de
527 trabalho a que estiverem sujeitos e resistência à tração de seus fios de, no mínimo, 160 kgf/mm² (cento e sessenta
528 quilogramas-força por milímetro quadrado). *Os cabos de aço devem atender aos requisitos mínimos contidos na NBR*
529 *ISO 2408 e na Portaria INMETRO n.º 181/2013*.

530 2. Inserção do subitem 18.16.3.1:

531 *18.16.3.1 Os cabos de fibra sintética ou os cabos de aço utilizados na conexão do sistema trava-quedas e para*
532 *sustentação da cadeira suspensa devem ser exclusivos para cada tipo de aplicação.*

533 3. Conversão do atual Anexo I do item 18.16 em Anexo V da NR-18:

534 *ANEXO V*

535 *Especificações de Segurança para Cabos de Fibra Sintética da Indústria da Construção*

536 1. O cabo de fibra sintética utilizado nas condições previstas no subitem 18.16.5 deverá atender as especificações
537 previstas a seguir:

538 a) ...

539 b) traçado externo em multifilamento de poliamida *ou poliéster de alta tenacidade*;

540 c) ...

541 d) traçado interno em multifilamento de poliamida *ou poliéster de alta tenacidade*;

542 e) alma central torcida em multifilamento de poliamida *ou poliéster de alta tenacidade*;

543 f) ...

544 g) ...

545 h) densidade linear ≥ 95 *ktex*;

546 i) carga de ruptura mínima: 22 *kN*;

547 j) ...

- 548 2. O cabo de fibra sintética utilizado nas condições previstas no subitem 18.16.5 deverá atender as prescrições de
549 identificação a seguir:
- 550 a) marcação com fita inserida no interior do trançado interno gravado NR 18.16.5 ISO 1140, *número do lote e*
551 *identificação do fabricante pelo CNPJ;*
- 552 b) ...
- 553 I. material constituinte: poliamida *ou poliéster;*
- 554 II. número de referência: diâmetro de *12mm;*
- 555 III. ...
- 556 *IV. coeficiente de alongamento.*
- 557 c) ...
- 558 3. O cabo sintético deverá ser submetido a ensaio conforme *Norma Técnica ISO 2307/1990*, ter avaliação de carga de
559 ruptura e material constituinte *por laboratório credenciado na rede brasileira de laboratórios* de ensaios do Sistema
560 Brasileiro de Metrologia e Qualidade Industrial.
- 561 4. No manual do fabricante deve constar recomendações para inspeção, uso, manutenção e armazenamento dos cabos
562 de fibra sintética.

563 **c) Demanda Secretaria de Trabalho - STRAB**

- 564 • Kleber informou que, visando atender a demanda da STRAB, a de ter que finalizar a revisão da
565 NR-01, 02, 12 e 24, ainda no 1º semestre, a coordenação da CTPP fez ajustes necessários no
566 plano de trabalho de forma a facilitar ao máximo a participação de todos nas reuniões, mantendo
567 ao máximo as discussões com a metodologia da construção tripartite sem risco de ruptura desse
568 processo, entretanto, serão necessários ajustes no cronograma de reuniões das comissões e grupos
569 tripartites. Apresentou a proposta de plano de trabalho:

570 Para a NR-12

- 571 O cerne da demanda para a NR-12 é a republicação de toda a Norma, sendo seguido os seguintes
572 trâmites: 1 - até o dia 05 de abril as bancadas devem encaminhar à CGSST suas sugestões de
573 alteração para a Norma. 2 - no período de 23 a 25 de abril, será realizada uma reunião da CNTT
574 da NR-12, em Brasília, para análise das sugestões e fechamento de uma proposta final. 3 - no dia
575 07 de maio será realizada uma reunião extraordinária da CTPP, em Brasília, com pauta única
576 para deferimento do texto a ser publicado.
- 577 • Robinson argumentou que o texto da NR-12 não é pequeno e seria necessário um prazo razoável
578 para envio da proposta às bancadas da CTPP, para que possam analisá-lo com a atenção
579 necessária, inclusive para difusão às bases, talvez 15 a 20 dias de antecedência.
- 580 • Romulo informou que a ideia é que, assim que se encerre a reunião da CNTT da NR-12, o texto
581 seja encaminhado para os membros da CTPP, lembrando que não se tratarão de alterações
582 profundas, serão questões pontuais apesar de consideradas como de relevância para as bancadas,
583 ou seja, as bancadas da CTPP terão praticamente 12 dias para análise do texto.
- 584 • Após discussões ficou acordado o cronograma configurado acima para republicação da NR-12.

585 Para a NR-01 e 02

- 586 A CGSST está formando um Grupo de Governo, contando com a participação da Fundacentro,
587 para um rearranjo das Normas Regulamentadoras n.º 01 e 02, sendo que esse grupo ficará
588 praticamente todo o mês de abril à disposição dessa demanda, já com uma reunião agendada para
589 o período de 01 a 05 de abril, em Brasília. Deverá ser elaborada uma proposta de texto a ser
590 enviada à CTPP no dia 26 de abril, sendo que as bancadas terão cerca de 2 semanas para análise,
591 e deverão enviar as sugestões à CGSST até o dia 10 de maio, para que esse mesmo Grupo faça
592 análise do que é proposto e devolva o texto compilado à CTPP no dia 20 de maio.
- 593 • Clovis, considerando a atual agenda de reuniões das comissões e grupos tripartites, agregando o
594 cronograma para revisão das NRs 12, 01 e 02, reclamou da falta de tempo, do curto intervalo
595 entre um evento e outro.

- 596 • Maradona disse até entender as demandas apresentadas pela STRAB, mas que essas não
597 poderiam vir atropelando o processo, pois a agenda de reuniões existe e não pode ser deixada de
598 lado, e há outros tantos temas prementes de discussão.
- 599 • Romulo esclareceu que, como dito na fala de Kleber, a intenção não é parar, fechar a porta para
600 nenhuma das partes, pois o processo vai continuar. Disse que o que é proposto não deixa de ser
601 um dos antigos anseios da CTPP, ou seja, a harmonização das NRs, que se inicia nesse momento,
602 e por isso é preciso um rearranjo na agenda atual, definindo pautas prioritárias.
- 603 • Danielle comentou que, pela fala do Secretário do Trabalho, o Governo tem a demanda de ter
604 que revisar a NR-12, a NR-01, a NR-02, a NR-28 e, num momento seguinte, todas as demais
605 NRs, e com isso fica a dúvida de como as representações farão para acompanhar toda essa
606 discussão, sendo que ainda se tem uma segunda proposta de agenda, que são as reuniões pré-
607 definidas das comissões e grupo tripartites. Disse ser preciso saber se todo esse cronograma está
608 para aprovação ou já está definido pelo Governo, pois, de toda forma, será preciso discuti-lo,
609 rever e talvez até paralisar alguns trabalhos que estão em andamento para que seja possível as
610 representações conseguirem acompanhar e cumprir as prioridades colocadas.
- 611 • Romulo comentou que a demanda advinda da STRAB para esse primeiro semestre pouco impacta
612 no cronograma de reuniões das comissões. A título de informação, explicou que a NR-28 não
613 entrará no pacote da demanda por ser um instrumento de cunho institucional da fiscalização do
614 trabalho, não podendo assim ser objeto de discussão tripartite.
- 615 • Lumberas disse entender que com essa demanda será preciso fazer alguns ajustes no
616 cronograma, o que não significa que todo o mais deverá ser paralisado.
- 617 • Rafael sugeriu que o cronograma de reuniões das comissões fosse revisto, levando em conta o
618 primeiro semestre, período definido para conclusão dos trabalhos referentes à essa primeira
619 demanda da STRAB. Sugeriu também que a CTPP se decidisse por primeiro limpar a pauta de
620 temas, ao invés de inserir novos temas para discussão. Disse que há alguns temas que precisam
621 ser repensados, por exemplo, “matriz de competências”, pois, quando se fala em alteração da
622 NR-01, NR-02 e posterior revisão de todas as outras NRs, não faz sentido dar sequência a esse
623 tema, mesmo sendo um tema de suma importância para a bancada de empregadores. Continuou
624 dizendo ser prudente se pensar em uma limpeza no cronograma até o mês de junho e que o do
625 segundo semestre seja revisto em meados de junho. Sugeriu que a NR-08 fosse tão logo abordada
626 e simplificada, bem como a NR-26; talvez abordar as NRs por pacotes: 1 (NRs 04, 05 ,07 e 09)
627 e 2 (as NRs Setoriais). Outra sugestão é resolver as questões dos GETs, por exemplo, o do Anexo
628 3 (calor) da NR-15, onde o cerne da questão notoriamente é o trabalho a céu aberto; talvez fosse
629 o caso de encomendar um estudo da Fundacentro, que tem acúmulo de material sobre o assunto,
630 inclusive publicada a NHO 06. Outro assunto que poderia ser encaminhado para que a
631 Fundacentro faça um estudo aprofundado abordando aspectos econômicos, tecnológicos,
632 ergonômicos dentre outros é o de “estufagem manual de sacarias em contêineres”. Disse que é
633 preciso fechar algumas frentes em andamento antes de se pensar em elencar novos temas; talvez
634 tentar rever estrategicamente a função da CTPP, talvez formando grupos menores como a
635 Subcomissão da NR-10; grupos que avaliem previamente as questões de cada tema e apontem o
636 caminho correto a ser seguido. Lembrou que outro assunto pendente é a abordagem, por exemplo,
637 da NR-12 em função da indústria 4.0, em que essa discussão deve acontecer o quanto antes, pois
638 possivelmente essa demanda não deverá estar contemplada na atual revisão. Finalizando,
639 comentou que, a partir do momento em que foi publicada a Portaria MTE n.º 1.224/18, sem um
640 debate tripartite, o Governo assumiu a responsabilidade de realizar o impacto regulatório dos
641 temas a serem abordados pela CTPP, coisa que precisa ser feita.
- 642 • Erivan, a respeito da “estufagem manual de sacarias em contêineres”, disse que gostaria que esse
643 tema fosse tratado pela CTPP como prioritário, pois o tema está à baila há mais de 10 anos, para
644 finalmente ser criado um grupo de discussão, que, por sinal, teve reuniões produtivas, e de um
645 tempo para cá só se fala em cancelamento das reuniões pré-agendadas. Disse que nessa atividade
646 passam de dois milhões de trabalhadores só na sacaria, sendo que, se considerar outros tipos de
647 cargas, esse número vai para cinco a seis milhões, e, se partir para outro segmento, que não o

648 portuário, como exemplo o da construção civil, aumentam-se os dígitos consideravelmente.
649 Comentou que com a reforma da previdência esses trabalhadores serão cada vez mais
650 prejudicados, além da reforma trabalhista e a especificidade da atividade. Finalizou dizendo que
651 não se pode deixar de lado esses trabalhadores que dificilmente conseguirão chegar aos 65 anos,
652 muito menos em condições de aproveitar uma aposentadoria de forma digna.

653 • Kleber comentou que inicialmente a proposta advinda da STRAB era muito maior, mas, após
654 explicitações sobre a complexidade que seria para executar todo o processo, decidiu-se por uma
655 proposta-piso de prioridade, ou seja, entregar até junho as NRs 01, 02, 12 e 24. Essa foi a missão
656 repassada para a CTPP.

657 • Lumbreras comentou que a ideia é fazer um trabalho de revisão em todas as Normas, mas a
658 CGSST propôs, como um primeiro pilar dessa discussão, que fosse iniciada pelas Normas Gerais,
659 vez que essas acabam por afetar todas as outras, sendo que as NRs setoriais fazem o trabalho de
660 aprimorar a aplicação das estruturantes no respectivo setor.

661 • Maradona solicitou intervalo para discutir a proposta com a bancada de trabalhadores.

...intervalo...

662 • Kleber sugeriu que, de acordo com o plano de trabalho relativo à revisão das NRs 01 e 02, a
663 reunião da CTPP prevista para os dias 24 e 25 de junho fosse antecipada para os dias 04 e 05 de
664 junho.

665 • Após consultas às agendas, a antecipação da reunião da CTPP para os dias 04 e 05 de junho foi
666 aprovada.

667 • Maradona informou que a bancada de trabalhadores era de acordo com a agenda proposta para
668 entrega das NRs 01, 02, 12 e 24 para o primeiro semestre. Em relação às demais discussões,
669 solicitou que o Governo apresentasse dentro de mais ou menos vinte dias um reajuste da agenda
670 de reuniões das comissões e proposta de alinhamento de um ou outro tema de forma a limpar a
671 pauta de discussão, para que seja possível a CTPP entregar o produto encomendado.

672 • Danielle informou que a bancada de empregadores também concorda com o plano de trabalho
673 para as NRs 01, 02, 12 e 24 e corrobora com a fala de que é preciso ajustar o cronograma de
674 reuniões das comissões e grupos em andamento e realinhar encaminhamentos de algumas
675 discussões de forma a desobstruir a agenda.

676 4. Composição de Grupos Tripartites

677 a) *Grupo de Estudo Tripartite - GET sobre Medidas de Segurança e Saúde no Trabalho em* 678 *Atividades com Motocicletas*

679 • Maradona informou que, conforme solicitado no início da reunião, o representante da CSB, para
680 finalizar a composição da bancada dos trabalhadores, para o Grupo de Estudo Tripartite sobre
681 atividades com motocicletas, é Rogério dos Santos Lara, do Sindimotos/MG.

682 b) *Comissão Nacional Tripartite Temática - CNTT da NR-37*

683 • Foram entregues aos coordenadores de bancada e à presidente da Fundacentro os ofícios
684 solicitando as indicações para composição da CNTT da NR-37 (Plataformas de Petróleo), sendo
685 estipulado o dia 22 de abril como data limite para formalização das indicações na CGSST.

686 5. Considerações finais

687 • Maradona comentou que o Governo deveria ser o responsável pela manutenção do equilíbrio da
688 paridade nas representações, sendo que os trabalhadores, após a alteração da CLT e da Medida
689 Provisória n.º 873/19, que vieram para prejudicar a existência das centrais sindicais, vêm tendo
690 dificuldades em acompanhar, participar das reuniões dos grupos e comissões tripartites. Disse
691 que o Governo, inclusive prevendo que tais medidas se aplicarão às entidades de empregadores
692 somente em janeiro, age de forma covarde com os trabalhadores, ficando claro que essas ações
693 nada mais são que uma retaliação, uma revanche pessoal, no caso, dos relatores da reforma

- 694 trabalhista, os que elaboraram a redação da MP, que foram criticados pelo movimento sindical e
695 derrotados nessa última eleição. Finalizou informando que a classe trabalhadora se dispôs a
696 discutir a legislação, entretanto, foi ignorada no processo.
- 697 • Joelson registou em fala os bons préstimos à CTPP e ao extinto DSST oferecidos pelo AFT Elton
698 Costa, que fez uma excelente gestão enquanto à frente da, também extinta, CGNOR.
 - 699 • Maradona e Danielle se solidarizaram com os agradecimentos à pessoa de Elton Costa.
- 700 • Nada mais a ser discutido a reunião foi encerrada.